



Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais

ISSN: 1517-4115

revista@anpur.org.br

Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional

Dias, Leila Christina

ANPUR: articulação acadêmica na construção de agendas de pesquisa, de ensino e de política científica, urbana e regional, 2009-2011

Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol. 19, núm. 1, enero-abril, 2017, pp. 17-27

Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
Recife, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=513954270002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

ANPUR:

ARTICULAÇÃO ACADÊMICA NA CONSTRUÇÃO DE AGENDAS DE PESQUISA,
DE ENSINO E DE POLÍTICA CIENTÍFICA, URBANA E REGIONAL, 2009-2011

ANPUR:

*ACADEMIC ARTICULATION IN CONSTRUCTING AGENDAS FOR RESEARCH,
TEACHING AND SCIENTIFIC, URBAN AND REGIONAL POLICIES, 2009-2011*

LEILA CHRISTINA DIAS

Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Geociências, Florianópolis, SC, Brasil

Brasília, 1995, foi quando participei pela primeira vez de um Encontro Nacional da ANPUR (ENANPUR). Após alguns anos no exterior seguidos de um deslocamento familiar do Rio de Janeiro para Florianópolis, reunia, enfim, as condições pessoais e profissionais para submeter um trabalho ao VI Encontro Nacional – “Modernidade, Exclusão e a Espacialidade do Futuro”. Desde então, rico foi o aprendizado oriundo das experiências compartilhadas nas diretorias que integrei sob a presidência de Maria Cristina Leme (2001-2003) e de Edna Castro (2007-2009), nas comissões científicas, júris de premiação, mesas e sessões livres nos quais participei – sem esquecer das assembleias que encerravam os Encontros Nacionais, espaços por excelência da cultura e da política da vida associativa. Se escrevo num tom pessoal, é pelo reconhecimento de que nossas memórias resultam do que alguma vez percebemos ou sentimos.

Foram as práticas anpurianas do trabalho coletivo e multidisciplinar, do debate acadêmico na construção de agendas de pesquisa e de políticas urbanas que me levaram a aceitar o duplo desafio de integrar a comissão organizadora do XIII Enanpur, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e, em seguida, a diretoria que se instalou em maio de 2009. O sentido primeiro do termo “solidário” – em que há responsabilidade recíproca – assumia seu pleno significado nos trabalhos da comissão formada pelos professores Elson Manoel Pereira, meu colega no Programa de Pós-Graduação em Geografia, Maria Inês Sugai, do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Ilse Scherrer-Warren e Tamara Benakouche, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

O tema central do XIII Encontro – “Planejamento e Gestão do Território – escalas, conflitos e incertezas” – enunciava um conjunto de desafios analíticos sobre as diferentes formas de construir teórica e empiricamente os objetos de pesquisa em nosso campo de conhecimento. A questão da escala – central para o discurso político leigo e acadêmico – fora definitivamente incorporada à agenda do debate urbano e regional, e as mesas redondas do encontro realizado em Florianópolis, em 2009, buscaram problematizar os atores multiescalares, os conflitos entre as escalas locais, regionais e transnacionais, que exigiam um olhar que contemplasse as questões multi ou interculturais. Diversas abordagens, ora mais disciplinares, ora inter ou transdisciplinares, buscaram compreender os territórios com base nas relações de poder e dos respectivos conflitos sociais entre formas de apropriação e dominação tradicional ou histórica do espaço e formas contra-hegemônicas para alterar o *status quo*. Nessa direção também se incluíram as reflexões sobre novos protagonistas na gestão dos territórios, em relação: aos riscos ambientais, às mudanças climáticas, ao reconhecimento e à demarcação de territórios tradicionais e tantos outros. Por último, mas não menos importantes, foram discutidos os processos e efeitos da violência urbana e rural, as antinomias entre a busca

DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2017v19n1p17>

continuada pela paz e as tentativas de controle através da violência “legítima” do Estado, às vezes geradoras de novas violências no cotidiano dos cidadãos.

Ao iniciarmos a gestão 2009-2011, nossos planos e projetos ancoraram numa cultura institucional consolidada e geneticamente comprometida com o campo dos estudos urbanos e regionais. Elson Manoel Pereira (UFSC) como Secretário Executivo e Maria Inês Sugai (UFSC) como Secretária Adjunta, Ana Clara Torres Ribeiro (UFRJ), Lucia Cony Faria Cidade (UnB), Maria Lucia Refinetti Rodrigues Martins (USP), e Silvio José de Lima Figueiredo (UFPA) integraram a diretoria por mim presidida, eleita durante a Assembléia Geral realizada no mês de maio de 2009, durante o XIII ENANPUR no Campus da UFSC em Florianópolis. Fortemente marcado pela colaboração solidária e amiga, nosso trabalho contou com o auxílio precioso dos membros do Conselho Fiscal, formado por Eloísa Petti Pinheiro (UFBA), Ester Limonad (UFF), e Rodrigo Ferreira Simões (UFMG) e dos editores da Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR) que se alternaram entre 2009 e 2011 – Geraldo Magela Costa (UFMG) e Sarah Feldman (USP-São Carlos). Além de apoio administrativo, o envolvimento incondicional de Tiago Cargnin Gonçalves, à época estudante de graduação do curso de Geografia e bolsista de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), assegurou um conjunto de ações comunicativas que viabilizaram maior fluidez na circulação de informações de diferentes naturezas.

Com o distanciamento de alguns anos, a consulta às atas, aos informativos, aos documentos e a muitas das incontáveis correspondências que circularam em nossas caixas de mensagens mostrou a potencialidade do papel de articulação acadêmica da ANPUR na construção e na difusão de agendas de pesquisa, de ensino e de política. Essa ideia constitui a trilha que guiará as próximas páginas.

INTERCÂMBIOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS NA CONSTRUÇÃO DA VIDA ASSOCIATIVA

Logo que assumimos a direção, a ANPUR foi convidada a participar da organização de atividades acadêmicas previstas para o 5º Fórum Urbano Mundial (FUM) “O Direito à cidade: unindo o espaço dividido”, que aconteceria na cidade do Rio de Janeiro, em março de 2010. Foram meses de preparação, envolvendo pesquisadores de diferentes centros universitários, no Brasil e no exterior, objetivando contribuir de modo crítico nesse debate. A ANPUR promoveu o *networking event* “Balanço crítico das influências internacionais sobre as políticas urbanas”, convidando pesquisadores do México, da Argentina, da África do Sul, da Índia e do Brasil, que buscaram responder as questões: como agências e fóruns internacionais têm influenciado a definição de políticas urbanas em diferentes regiões e países? Quais têm sido os efeitos dessa influência no que concerne, especificamente, à redução das desigualdades socioespaciais? Ao conceber essa sessão, partimos do princípio de que a circulação internacional de concepções do espaço urbano, incluindo propostas de intervenção, não é fato novo. Contudo, a progressiva urbanização dos territórios nacionais, a crescente mobilidade espacial, o agravamento das desigualdades socioespaciais, as facilidades de transporte e de comunicação e, ainda, a multiplicação de fóruns e agências internacionais que têm a cidade como objeto de reflexão e de ação reafirmam a relevância de procurar conhecer o modo assumido por essa circulação, os impactos sociais das formas de intervenção mais difundidas, assim como os seus reflexos na urbanização e, em especial, nas políticas urbanas. Os debates que se seguiram só vieram confirmar a pertinência do quadro interpretativo proposto pela mesa, que chamou a atenção para a diversidade de realidades regionais, e de como as práticas e alternativas precisam ser concebidas com base em nossa posição neste mundo de relações políticas.

A ANPUR participou também da única sessão a abordar o tema “transporte” no 5º Fórum Urbano Mundial. Como representante da associação, Fabio Duarte de Araújo Silva (PUC-PR) assumiu o relato da mesa redonda “Pesquisadores Urbanos: unindo a divisão do transporte urbano”, na qual colegas de diferentes países levantaram questões sobre a falta de políticas públicas orientadas ao desenvolvimento do transporte urbano e os abismos socioeconômicos resultantes da imobilidade da população pobre nas cidades. O relator chamou a atenção para o fato de que o transporte não é a causa primária do abismo socioeconômico; sua ineficiência, má qualidade e por vezes completa inexistência resultam de políticas públicas urbanas de péssima qualidade, voluntária ou involuntariamente orientadas em benefício do carro. Reconheceu que, apesar dessa inversão conceitual, é inegável que a falta de transporte impede as pessoas de terem acesso a equipamentos e serviços urbanos básicos, como educação, saúde e emprego.

A mesa redonda “Universidades: fechando a lacuna entre a pesquisa e a ação no nível da cidade – o papel das Universidades” foi organizada pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat) em colaboração com a Universidade neozelandesa de Auckland (que coordenou os trabalhos), a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a ANPUR; objetivava discutir oportunidades e desafios para as universidades contribuírem para o desenvolvimento sustentável, por meio do ensino, pesquisa, trabalhos de campo, gestão do conhecimento e identificação de lacunas na pesquisa, políticas e implementação. Como presidente da associação, expressei a preocupação com o transplante automático de experiências e práticas desenvolvidas nas diferentes regiões e países. Inscritas em contextos geográficos particulares, essas práticas deveriam ser compreendidas na sua complexidade e orientação cultural. Cabe à Universidade preservar a capacidade reflexiva, o que não significa dizer que pesquisa e ação não estejam em contínua interação; há um permanente ir e vir, num movimento de retroalimentação. Diversos programas filiados e associados à ANPUR compareceram e se manifestaram.

Ao mesmo tempo em que transcorria o 5º FUM, movimentos populares, organizações da sociedade civil, instituições públicas, acadêmicas, profissionais e indivíduos, muitos dos quais professores e pesquisadores em programas filiados e associados à ANPUR, reuniam-se no centro da cidade do Rio de Janeiro, no 1º Fórum Social Urbano (FSU). A “Carta do Rio de Janeiro: nos bairros e no mundo, em luta pelo direito à cidade, pela democracia e justiça urbanas”, votada ao final do 1º FSU, expressou um conjunto de análises sobre as lógicas que subordinam as políticas urbanas às determinações macroeconômicas, sobre a desigualdade e a pobreza crescentes, sobre os limites dos relatórios e documentos internacionais, desprovidos de interpretações das causas da pobreza e carentes de “propostas efetivas de combate à concentração da riqueza e do poder”.

Um dos intercâmbios que mais repercutiram positivamente na vida dos Programas teve início na gestão anterior, sediada em Belém. A convite de Liana Carleial, diretora de Estudos Urbanos e Regionais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a presidente Edna Castro (UFPA) estabeleceu os primeiros contatos visando à celebração de um acordo de cooperação técnica entre o IPEA e a ANPUR. Assinado em setembro de 2009, o acordo oferecia até vinte bolsas de mestrado pelo período de 5 anos, dentro das áreas prioritárias estabelecidas pelo IPEA: inserção internacional soberana; macroeconomia para o pleno emprego; fortalecimento do estado, das instituições e da democracia; estruturas tecnológica e produtiva avançadas e regionalmente articuladas; infraestrutura econômica, social e urbana; proteção social, direitos e geração de oportunidades; e sustentabilidade ambiental. Dois editais foram abertos: no primeiro, em 2009, concorreram mestrands ingressantes naquele ano, ainda não beneficiados com bolsas de estudo de qualquer instituição. Cada centro ou programa de pós-graduação teve o direito de indicar até dois candidatos para concorrer à bolsa, dentre os alunos de mestrado regularmente matriculados, que desenvolvessem pesquisa para dissertação sobre uma das áreas temáticas prioritárias do IPEA. Dez alunos de pós-graduação foram inscritos regularmente por seis programas filiados e associados, e a comissão de bolsas formada pelos professores Elson Manoel Pereira (UFSC), Ana Cristina Fernandes (UFPE) e Laura Machado de Mello Bueno (PUC-Campinas) indicou sete bolsistas de seis Programas. O segundo

edital, publicado em 2010, manteve as mesmas regras, e a comissão formada por Elson Manoel Pereira (UFSC), Olga Lúcia Castreghini de Freitas Firkowski (UFPR) e Rodrigo Ferreira Simões (UFMG) selecionou nove bolsistas de sete Programas, de um total de quatorze inscritos.

Um convite que mobilizou nossa diretoria foi o da vice-presidência do CNPq, à época ocupada por Wlana Panizzi, que solicitou à ANPUR a proposição de linhas de pesquisa sobre o tema “Cidade Sustentável”, visando à edição do Prêmio Jovem Cientista 2011. Foram semanas de intensa troca de ideias para construir um temário que contemplasse essa problemática tão estudada em muitos de nossos programas filiados e associados. O Censo Demográfico de 2010 mostrou que nas cidades brasileiras vivem mais de 84% da população do país. Pequenas, médias ou grandes, localizadas nas regiões metropolitanas ou nas regiões transfronteiriças, as cidades apresentam problemas e conflitos que chamam a atenção para o desafio da sustentabilidade urbana: moradia em terrenos vulneráveis, margens de cursos d’água sujeitos a enchentes, áreas contaminadas por lixo e resíduos tóxicos e altos índices de impermeabilização do solo são alguns dos riscos ambientais presentes nas cidades do século XXI. Da escala global – mudanças climáticas – à escala local – desigual exposição dos grupos sociais urbanos aos riscos – um conjunto de desafios eram e continuam sendo postos aos governos na gestão ambiental das cidades brasileiras. Pela relevância acadêmica, política e institucional dessa colaboração, muito nos orgulhou saber que o CNPq aceitou nossa proposta de linhas de pesquisa praticamente na íntegra: Vulnerabilidade, risco e mudanças climáticas nas cidades; urbanização, ambiente e gestão das águas urbanas; produção do espaço urbano e apropriação da natureza relacionada com a questão do solo, da água, dos ventos e dos recursos energéticos; políticas urbana, ambiental e de saúde relacionadas com a questão do lixo, resíduos, tratamento de água e reciclagem de materiais; planejamento urbano, gestão e conflitos ambientais; políticas de transporte e de mobilidade nas cidades; agricultura urbana e cidade sustentável; implicações socioambientais da legislação urbana; paisagem urbana e arquitetura sustentável; e cidades em fronteiras transnacionais e gestão ambiental.

AGENDAS DE PESQUISA, DE ENSINO E DE POLÍTICA CIENTÍFICA E URBANA

Laços históricos com associações científicas, no Brasil e no exterior, continuaram a ser buscados e fortalecidos, integrando nessas ações pesquisadores e professores dos diferentes programas filiados e associados à ANPUR.

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) foi uma das nossas principais interlocutoras no debate de agendas de pesquisa e de política acadêmica e científica. Em consonância com o tema da 62ª Reunião Anual da SBPC – “Ciências do mar: heranças para o futuro”, em Natal, a ANPUR promoveu uma palestra e uma mesa redonda, buscando contribuir na reflexão sobre o passado, a herança, e o futuro que o litoral pode oferecer ao conhecimento científico e tecnológico brasileiro. Maria Cristina Leme (USP) proferiu a conferência “Cidades brasileiras: interação com o mar”, seguida da mesa redonda “A urbanização do litoral: formas de apropriação do território”, coordenada por Elson Manoel Pereira (UFSC), secretário executivo da entidade, e contou com a participação de Norma Lacerda (UFPE), Paulo Pereira de Gusmão (UFRJ) e de Rodrigo Valente Serra (ANP). A mesa analisou os processos e as dinâmicas presentes no litoral brasileiro e debateu as questões relacionadas com os *royalties* da exploração do petróleo na camada do pré-sal, particularmente a repercussão sobre as cidades litorâneas. Um ano mais tarde, a ANPUR esteve presente na 63ª Reunião Anual da SBPC – “Cerrado: água, alimento e energia”, em Goiânia. “Novas fronteiras do capital no cerrado brasileiro: cadeia carne/grão” foi o tema da conferência proferida pela professora Júlia Adão Bernardes (UFRJ). “Os desafios ambientais na ocupação do cerrado: fronteira e mudanças climáticas” constituiu a problemática debatida

pelos professores Claudio Antonio Gonçalves Egler (UFRJ), Elimar Pinheiro do Nascimento (UnB) e Wagner Costa Ribeiro (USP) na mesa redonda organizada pela Associação.

Em algumas ocasiões a ANPUR foi chamada a se posicionar e atuar coletivamente na esfera da articulação política da SBPC e suas associadas, como no documento “Agenda de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Brasil”, enviado pela SBPC aos candidatos Dilma Rousseff, José Serra e Marina Silva em setembro de 2010. Em maio do ano seguinte, em conjunto com as demais associações científicas, encaminhamos à Presidência da República documento manifestando preocupação com o adequado cumprimento dos dispositivos legais relativos aos direitos humanos e ambientais, especialmente dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais a serem afetados pelo projeto de construção da Usina Hidrelétrica (UHE) Belo Monte. O documento solicitava a suspensão do processo de licenciamento da UHE Belo Monte, até que fossem cumpridas as condicionantes recomendadas pelo órgão regulador, julgado o mérito das ações civis públicas ajuizadas, e regulamentados os procedimentos de consulta aos povos indígenas e demais populações afetadas. Convidada a colaborar no Seminário temático preparatório sobre o tema da Ciência Básica da 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável realizado em 2010, a ANPUR apresentou o documento “Direito à Cidade, Inovação e Políticas Urbanas”, com breve diagnóstico sobre a situação brasileira e internacional na área, os principais desafios para o Brasil, e recomendações para a política de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) para os próximos anos. Nesse documento reconhecemos que o desenho e a implementação das políticas urbanas implicam diversos desafios, dentre os quais assume destacada importância a capacidade de inovação. Inovações tecnológicas como aquelas que podem emergir no âmbito da problemática da mobilidade urbana – que deveria tratar de mover pessoas, e não veículos; mas também inovações pensadas no âmbito da redução das desigualdades sociais. Enquanto temas e setores ligados à pobreza vêm sendo tratados isoladamente – saúde, educação, geração de renda e direitos humanos – menos atenção tem sido dedicada a uma visão relacional, às cidades e às questões relativas ao planejamento urbano. Finalizamos o documento recomendando que a política de CT&I para os próximos anos abrisse espaço para pensar e agir não somente a inovação tecnológica, mas igualmente a inovação na esfera das políticas urbanas.

“Quem somos?” é questão recorrente nos Seminários Nacionais de Avaliação do Ensino e da Pesquisa em Estudos Urbanos e Regionais promovidos pela ANPUR desde 2002. A cada momento, as respostas a essa questão se multiplicam e essa pluralidade é sinal de uma comunidade científica crítica, apta a atualizar seu debate em consonância com mudanças de natureza interna e externa; simultaneamente caminham os campos disciplinares e os programas que compõem o universo da ANPUR, mudando a própria realidade urbana e regional brasileira. A quinta edição do Seminário de Avaliação do Ensino e da Pesquisa realizado em Florianópolis foi fruto de um projeto coletivo, que envolveu membros da diretoria, profissionais da área do planejamento, professores e estudantes dos Programas de pós-graduação filiados e associados à Associação. A conferência de abertura proferida por Wlana Panizzi (UFRGS) – “Desafios da política de pesquisa no Brasil: o campo dos estudos urbanos e regionais” – já anunciava em seu título que estávamos diante de “situações ou grandes problemas a serem superados ou vencidos”. As transformações que se operaram na vida universitária nos anos recentes, caracterizadas pela crescente dinâmica das redes de pesquisa, pela elaboração quase contínua de projetos e relatórios, pelo processo de autorregulação dos professores em termos de produtividade e eficiência, pela produção científica submetida a novas metodologias para a mensuração do desempenho e pelo aumento significativo do trabalho burocrático, submetem professores a grandes dilemas quando essas exigências entram em contradição com os esforços voltados à atualização das bagagens acadêmicas, ao preparo de aulas, às orientações e ao ato de pesquisar. Acresce uma particularidade em nosso campo: a natureza política do planejamento, que atualiza as intervenções do Estado, as formas de organização social e as reivindicações coletivas.

Assim, as condições do trabalho universitário no campo dos estudos urbanos e regionais, as configurações atuais da pesquisa e do ensino de pós-graduação em nosso campo, o papel das universidades ante a fragilização de paradigmas e a atualização do pensamento sobre a cidade, a região e o território foram temas problematizados em quatro mesas redondas. Os grupos de trabalho, também em número de quatro, abordaram o processo de avaliação da pós-graduação e a política governamental de ensino, a orientação de teses e dissertações no contexto dos grupos de pesquisa em estudos urbanos e regionais, os campos da formação e do trabalho, e ainda o papel político da ANPUR e perspectivas de ações interassociativas nacionais e internacionais. A relatoria de cada grupo integrou estudantes dos Programas de Pós-graduação que atuaram na qualidade de relatores ao lado dos professores. Um conjunto de subsídios à ação da ANPUR emergiu nos trabalhos dos grupos, e todo esse rico material está publicado no CD-ROM do V Seminário.

Desafio talvez seja também o melhor termo para expressar nossa experiência nos Conselhos das Cidades (ConCidades) e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). A promulgação do Estatuto da Cidade em 2001; a criação do Ministério das Cidades e do ConCidades dois anos mais tarde assim como de vários programas e ações, que beneficiaram com processos de regularização fundiária 1,7 milhão de famílias em 2,5 mil assentamentos; a campanha do Plano Diretor Participativo de apoio à elaboração de planos diretores em 94,3% dos 1.682 municípios com mais de 20 mil habitantes em 2004; a promulgação do Decreto n. 5.296, em 2004, que regulamenta as Leis n. 10.048/2000 e n. 10.098/2000, definindo o marco regulatório para promover a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; a instituição do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e do FNHIS em 2005 haviam representado um conjunto de ações positivas na formulação de políticas públicas que ampliavam os mecanismos de planejamento e gestão urbana e os instrumentos de controle social, permitindo acesso à terra urbanizada em todos os municípios brasileiros. O lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – Saneamento, Mobilidade, Habitação – e a promulgação da Lei de Regulação do Setor de Saneamento em 2007, assim como a instituição do Programa Minha Casa Minha Vida e a regularização fundiária de assentamentos informais urbanos em 2009 ocorrem, contudo, numa conjuntura política distinta daquela das políticas urbanas inauguradas em 2001. Mudanças no quadro nacional levaram à substituição do ministro e da ministra-adjunta em 2005, que desde então passam a ser indicados pelo Partido Progressista (PP). Como bem havia apontado Ana Fernandes (UFBA) no artigo Memória de Presidente sobre a gestão 2005-2007¹, a ação do Ministério se tornou progressivamente “bifronte”. Isso significou que de um lado se manteve a organização social estruturada nos primeiros anos do Ministério, marcada pelos princípios da participação com controle social com as conferências das cidades, os conselhos e os órgãos colegiados, e de outro lado, “a progressiva implementação de políticas ancoradas em grandes investimentos concebidos setorialmente, âncoras do pretendido crescimento econômico com distribuição de renda” (FERNANDES, 2012, p. 190).

Entre 2009 e 2011, a ANPUR continuou a participar ativamente das estruturas colegiadas do Ministério: Adauto Lucio Cardoso (UFRJ), e a seguir Elson Manoel Pereira (UFSC) representaram a associação no Conselho Gestor do FNHIS; a ex-presidente Edna Maria Ramos de Castro (UFPA) permaneceu como representante no ConCidades até maio de 2010, quando assumi a representação e participei das reuniões ordinárias, da 4ª Conferência das Cidades e da Oficina de consolidação e divulgação dos resultados da pesquisa “Rede Nacional de Avaliação e Capacitação para Implementação dos Planos Diretores Participativos” dois meses mais tarde. Em novembro de 2010, Orlando Alves dos Santos Junior (UFRJ) passou a representar a associação no Conselho.

¹ FERNANDES, A. Dois anos de vida associativa da ANPUR (2005-2007): virada de conjuntura, política de pesquisa, acesso livre à informação. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 14, n. 2, p. 189-193, nov. 2012. <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2012v14n2p189>

Entre 19 e 23 de junho de 2010, cinco delegados representaram a ANPUR na 4ª Conferência das Cidades em Brasília: Ana Clara Torres Ribeiro (UFRJ), Benny Schvarsberg (UnB), Brasilmar Ferreira Nunes (UnB), Lucia Cony Faria Cidade (UnB) e eu mesma. A Conferência pretendia avançar na construção da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano com o lema “Cidade para todos e todas” com gestão democrática, participativa e controle social, e o tema “Avanços, dificuldades e desafios na implementação da política de desenvolvimento urbano”. Simultaneamente, essa Conferência procurou realizar balanço das deliberações da 1ª, 2ª e 3ª Conferências Nacionais, e indicar prioridades de atuação ao Ministério das Cidades. Quatro eixos temáticos estruturaram os debates: 1) criação e implantação de conselhos de cidades, planos, fundos e seus conselhos gestores nos níveis federal, estadual, municipal e no Distrito Federal; 2) aplicação do Estatuto da Cidade e dos planos diretores e a efetivação da função social da propriedade do solo urbano; 3) a integração da política urbana no território; política fundiária, mobilidade e acessibilidade urbana, habitação e saneamento; 4) relação entre os programas governamentais – como o PAC e Minha Casa, Minha Vida – e a Política de Desenvolvimento Urbano. Diferentemente das Conferências anteriores, esta aconteceu num momento histórico marcado por uma reorientação do Ministério das Cidades, quando programas importantes das políticas urbanas, como o Minha Casa, Minha Vida passam a ser, progressivamente, centralizados no Gabinete da Casa Civil da Presidência da República.

Merece registro a presença ativa de Orlando Alves dos Santos Junior como representante da associação na 27ª e na 28ª reunião do Conselho das Cidades. Na primeira, realizava-se um balanço do funcionamento do Conselho ao longo de 2010. No âmbito da reunião do Comitê de Planejamento e Gestão do Solo Urbano, do qual a ANPUR faz parte, foram destacados dois temas prioritários: 1) as atividades de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos; e 2) os resultados da pesquisa da Rede Nacional de Avaliação e Capacitação para Implementação de Planos Diretores Participativos. Uma síntese dessa pesquisa foi apresentada pelo representante da ANPUR, contemplando os aspectos positivos, os limites e os desafios identificados na avaliação dos Planos Diretores, a partir das quais foram apontadas algumas estratégias para fortalecer o planejamento urbano nos municípios brasileiros. Na 28ª reunião, realizada em março de 2011, o representante da ANPUR apresentou a proposta, aprovada pelo Comitê, de, no pleno do Conselho das Cidades, ler o documento elaborado e encaminhado pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana à presidenta Dilma Rousseff, com uma agenda propositiva visando à implementação da política de desenvolvimento urbano. Nesse documento, as ações imediatas focavam a necessidade do fortalecimento institucional do Ministério das Cidades e do Conselho das Cidades, e na implementação imediata de um grupo para acompanhar no ConCidades os programas estratégicos do Governo Federal referentes à Copa do Mundo em 2014 e à Olimpíada do Rio em 2016. As ações estratégicas estavam organizadas em torno de oito tópicos: participação popular e controle social; moradia digna para todos e todas; nenhuma ação de despejo contra a população; regularização fundiária das favelas e ocupações; garantia da moradia para população de baixa renda nas áreas centrais e infraestruturadas das cidades; os grandes projetos urbanos e seus investimentos em infraestrutura urbana, com foco nas intervenções da Copa 2014 e da Olimpíada de 2016; garantia do acesso aos serviços de energia elétrica para todos e todas até 2014, adotando de imediato tarifas justas para a população de baixa renda; implementação da política nacional de saneamento ambiental; e promoção da mobilidade sustentável.

Na escala internacional, a ANPUR continuou a desenvolver uma salutar cooperação acadêmica no interior da rede *Global Planning Education Association Network* (GPEAN), formada por nove associações científicas: três nacionais – além da ANPUR, a *Association of Collegiate Schools of Planning* (ACSP-EUA) e a *Association of Canadian University*; cinco continentais – *Association of African Planning Schools* (AAPS), *Association of European Schools of Planning* (AESOP), *Association of Latin-American Schools of Urbanism and Planning* (ALEUP); *Asian Planning Schools Association* (APSA); *Australian and New*

Zealand Association of Planning Schools (ANZAPS); e uma associação de países de língua francesa – *Association for the Development of Planning Education and Research* (APERAU).

A meu ver, foram três as principais iniciativas que asseguraram nossa atuação no GPEAN. Em primeiro lugar, a participação em alguns encontros das associações congêneres, como foi o caso da presença de Roberto Luís Monte-Mór (UFMG) como representante da ANPUR no Comitê diretivo da rede GPEAN, no congresso da APSA, em Ahmedabad, Índia, em novembro de 2010. Esse evento teve como tema “O Futuro das Cidades Asiáticas” e reuniu mais de 160 trabalhos, organizados em seis subtemas, além de conferências, mesas redondas e sessões de debates. Com a nossa participação, uma sessão foi organizada pelo GPEAN, com o objetivo de fazer um balanço das discussões sobre o estado da arte em planejamento nas várias associações. Em seguida, a ANPUR esteve presente no comitê científico do 3º Congresso Mundial das Escolas de Planejamento – “*Planning’s Future – Futures planning: Planning in an era of global (un)certainity and transformation*”, que aconteceu em julho de 2011, na Austrália, por iniciativa do GPEAN. Ao lado de colegas das outras associações, pesquisadores brasileiros sugeriram ementas e selecionaram trabalhos, participando ativamente em metade das vinte sessões temáticas. Na ocasião a ANPUR foi representada no comitê de coordenação pelos professores Heloisa Soares de Moura Costa e Geraldo Magela Costa, da UFMG, e no comitê diretivo, pelo professor Carlos Vainer (UFRJ).

A ANPUR foi chamada a colaborar em outros eventos promovidos por instituições acadêmicas e de planejamento. Ao lado das presidentes da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC) e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), participamos do painel “Temas Prioritários para Análises de Políticas Públicas e para o Planejamento do Desenvolvimento Brasileiro”, promovido em Brasília pelo IPEA, como parte integrante do Curso de Ambientação aos recém-concursados Técnicos de Planejamento e Pesquisa. Integramos o comitê científico da *International Sociological Association Research Comittee 21* sobre “*Inequality, Inclusion and the Sense of Belonging*”, realizada na cidade de São Paulo. Com apoio institucional da Associação, aconteceu a décima primeira edição do Seminário de História da Cidade e do Urbanismo – “a construção da cidade e do urbanismo: ideias têm lugar?”. Foram promovidos em Recife e Salvador dois seminários comemorativos do ano da França no Brasil – o Colóquio Internacional Interdisciplinar Pontes e idéias: “Louis-Léger Vauthier, engenheiro francês no Brasil”, e o seminário Os desafios do urbanismo na França e no Brasil, quando pesquisadores brasileiros e franceses discutiram a cooperação Brasil-França no campo da formação e da pesquisa em Urbanismo; o XI Colóquio Internacional sobre Poder Local: “desenvolvimento e gestão social de territórios”, em Salvador, e o III Encontro Latino-americano de Ciências Sociais e Barragens, em Belém.

POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO E DE DIFUSÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

Uma das primeiras decisões da diretoria instalada em maio de 2009 foi atualizar os procedimentos comunicacionais vigentes com o objetivo de ampliar o diálogo, a troca de informações e a participação dos programas filiados e associados na vida associativa. Em conexão com a página da Associação (www.anpur.org.br), projetada por Robson Tavares, adotamos o modelo de comunicação que fora implantado havia alguns anos pelo CNPq, e informes mensais passaram a divulgar informações de interesse geral sobre a vida da Associação. Foram disponibilizados espaços para divulgar livros e revistas publicados por professores, pesquisadores e instituições ligados à associação; divulgar editais de concursos para concessão de bolsas e contratação de professores e processos seletivos para programas de pós-graduação no campo dos estudos urbanos, regionais e áreas afins, de concursos, seminários e congressos e de

números recém-lançados da RBEUR em formato digital. Nada disso teria acontecido sem o trabalho diário e eficiente conduzido por Tiago Cargnin Gonçalves na secretaria da associação. Através de contatos telefônicos e de e-mails, mantivemos em dia o banco de dados com informações sobre os programas, seus coordenadores, e-mails, telefones e endereços.

Esses canais de comunicação implicaram crescente participação dos programas na vida associativa. Foram muitas as consultas que fizemos para atender às demandas que chegavam à ANPUR: a pedido do CNPq, indicação de pesquisadores para representação nas subáreas de Arquitetura e Urbanismo, Geografia Física, Geografia Humana, Planejamento Urbano e Regional, e Turismo, do Comitê de Ciências Sociais Aplicadas; a pedido da SBPC, indicação de nomes da nossa área para representar a comunidade científica no Conselho Deliberativo do CNPq. Cabe registrar que nessa consulta houve grande dispersão e nenhum nome alcançou mais do que duas indicações. Ao mesmo tempo em que identificávamos essa dispersão, fomos contactados pelo professor José Marcos P. da Cunha (presidente da Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP) sugerindo que ANPUR e ABEP indicassem alguns nomes em comum para que nossos votos ganhassem mais força no âmbito da SBPC. Reunida durante o V Seminário de Avaliação do Ensino e da Pesquisa, em Florianópolis, a diretoria da ANPUR decidiu indicar conjuntamente com a ABEP os nomes dos professores Tania Bacelar de Araújo (UFPE) e José Alberto Magno de Carvalho (UFMG). A ANPUR indicou também o nome de Bertha Becker, professora emérita da UFRJ.

Outra iniciativa com repercussão acadêmica foi a digitalização e disponibilização na página da associação dos Anais dos Encontros Nacionais da ANPUR de 1986, 1987, 1989, 1991, 1993, 1995, 1997 e 2001. Realizada pelo estudante de Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina Erick Rubim, a digitalização viabilizou o acesso a importantes fontes de pesquisa para estudantes, professores e pesquisadores voltados ao campo dos estudos urbanos e regionais. Na mesma direção, foram disponibilizados para *download* os Anais dos Encontros publicados em CD-ROM de 1999, 2003, 2005, 2007 e 2009.

A difusão do conhecimento sempre esteve presente na agenda da ANPUR. Desde a edição do primeiro volume dos Anais, em 1986, novos formatos editoriais foram sendo concebidos, progressivamente, como as publicações da RBEUR, lançada em 1999, e dos trabalhos ganhadores do Prêmio Brasileiro “Política e Planejamento Urbano e Regional”, nas categorias dissertação e tese, a partir de 2013. Durante a gestão 2009-2011, cinco números da RBEUR foram publicados: os volumes 10(2) e 11(1) tendo como editor responsável Geraldo Magela Costa (UFMG) e como editora assistente Jupira Gomes de Mendonça (UFMG); o volume 11(2), coeditado com Sarah Feldman (USP/São Carlos), que a partir de então assumiu a editoria, tendo Renato Cymbalista (USP) como editor assistente, publicando os volumes 12(1) e 12(2). Nesse período a RBEUR internacionalizou seu conselho editorial, passando a contar com a colaboração de pesquisadores de três instituições latino-americanas: Universidad Autónoma Metropolitana (México), Universidad Nacional del Litoral (Argentina) e Pontificia Universidad Católica de Chile; duas americanas – University of California (Berkeley) e Columbia University (Nova York), e uma europeia, a Sorbonne (França); introduziu os dossiês temáticos; e voltou a contar com o apoio financeiro do CNPq nas duas edições do volume 12. O empenho dos editores, da Comissão Editorial integrada por Ana Fernandes (UFBA), Carlos Antonio Brandão (UNICAMP), Luciana Correa do Lago (UFRJ) e Maria Cristina da Silva Leme (USP) e dos demais colegas do Conselho Editorial foi decisiva para implantar esse conjunto de estratégias editoriais.

Em coedição com a EDUFBA, foram publicados dois livros: *Quando o cinema vira urbanismo: o documentário como ferramenta de abordagem da cidade*, da autoria de Silvana Lamenha Lins Olivieri, ganhador do VI Prêmio Brasileiro “Política e Planejamento Urbano e Regional” na categoria Dissertação de Mestrado; e *(Re)descobriram o Ceará? Representações dos sítios históricos de Icó e Sobral: entre Areal e*

Patrimônio Nacional, da autoria de José Clewton do Nascimento, ganhador do VI Prêmio Brasileiro “Política e Planejamento Urbano e Regional” na categoria Tese de Doutorado. Os concursos para atribuir o Prêmio Brasileiro “Política e Planejamento Urbano e Regional” – categorias dissertação de mestrado e tese de doutorado, e do Prêmio Milton Santos – categorias livro e artigo – vêm apresentando um número crescente de inscritos, revelando sua importância para a difusão do conhecimento produzido nos programas de pós-graduação no campo dos estudos urbanos e regionais. Vinte e cinco pesquisadores participaram dos diferentes júris da edição de premiação em 2011, quando foram vencedores: Daniela Abritta Cota, na categoria tese de doutorado, com o trabalho *A parceria público-privada na política urbana brasileira recente: reflexões a partir da análise das operações urbanas em Belo Horizonte*; Marcos Felipe Sudré Souza, na categoria dissertação de mestrado, com o trabalho *A festa e a cidade: experiência coletiva, poder e excedente no espaço urbano*; Maurício de Almeida Abreu, na categoria livro, com a extraordinária obra *Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502 - 1700)*; e Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior, na categoria artigo, com o trabalho *Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico*.

No plano internacional, a ANPUR permaneceu ativa no conselho editorial internacional da série *Dialogues in Urban and Regional Planning* financiada pelo GPEAN. Ao lado de Thomas L. Harper (Canadá), Michael Hibbard (USA), Anthony Gar-On Yeh (Hong Kong), Heloisa Soares de Moura Costa (UFMG) integrou o conselho na publicação do volume 4. Seguindo as práticas editoriais da série, o volume publicou artigos indicados pelas diferentes associações de escolas de planejamento nacionais e continentais. *Safe urban spaces: security issues for city design*, da autoria de Julieta Nunes de Souza, e Rose Compans integrou o livro, avalizado pela indicação como um dos melhores trabalhos apresentados no XIII Encontro Nacional da ANPUR, em Florianópolis.

PALAVRAS FINAIS

Nossa gestão se encerrou no XIV Encontro Nacional da ANPUR, organizado no Rio de Janeiro por cinco programas de pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Federal Fluminense em maio de 2011. Sob o comando de Ana Clara Torres Ribeiro (UFRJ), que assumiu a presidência da Associação, um novo projeto coletivo se instalava, renovando as práticas anpurianas do trabalho coletivo e multidisciplinar comprometido com o futuro de nossas cidades e territórios. Encerrávamos um ciclo de dois anos de trabalho intenso e conjunto com uma miríade de pessoas e de instituições, às quais registramos nossa gratidão e rendemos homenagens à memória da inesquecível Ana Clara Torres Ribeiro.

Desde a sua gênese, a ANPUR tem permanecido atenta ao seu papel como campo de reflexão e de ação política diante da transformação da sociedade brasileira. Fundada em 1983 por cinco programas universitários, todos na área de Planejamento Urbano e Regional, a associação ampliou significativamente o número e o espectro das instituições associadas e filiadas, reunindo em 2009 cinquenta e três instituições, atuantes na área dos estudos urbanos e regionais: planejamento urbano e regional, arquitetura, urbanismo, geografia, administração pública, economia, sociologia, história, direito e desenvolvimento regional. A essa diversidade disciplinar correspondeu a construção de uma rede acadêmica mais ampla e conectada, que articula crescentemente instituições localizadas para além das metrópoles e das capitais estaduais, em consonância com a expansão do sistema nacional de ensino e pesquisa no país, particularmente do crescimento dos programas de pós-graduação e da produção acadêmica em nossa área, como revela a lista dos novos programas que ingressaram na associação ao final de nossa gestão, em 2011: Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade

do Contestado (PMDR/UnC); Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau (PPGDR/FURB); Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia (PPGE/UFU); Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) – Campus de Presidente Prudente; e Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná (PPGeografia/UFPR). Essa expansão e crescente heterogeneidade nos conduzem na direção de um futuro relativamente incerto, e no momento a ANPUR nos convida mais uma vez a atualizar seu papel de articulação acadêmica na construção e na difusão de agendas de pesquisa, de ensino e de política.

Leila Christina Dias é graduada e mestra em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); doutora em Geografia pela Université Paris-Sorbonne (Paris-IV), França; professora associada no Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Bolsista de Produtividade do CNPq; presidente da ANPUR entre 2009 e 2011.
E-mail: leila@cfh.ufsc.br